

AS
CL

Reunião Ordinária – Ata nº 05/2012

Data – 2012-03-05

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.20 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Elsa Maria da Costa Cardoso (em substituição)
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Resumo Diário da Tesouraria de 02-03-2012:

a) Dotações Orçamentais €936.844,75
b) Dotações não Orçamentais €133.234,34

Total das Disponibilidades €1.070.079,09



Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, o vereador eleito pelo Partido Social Democrata, António Santana Maia Leonardo, manifestou à Presidente da Câmara, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2009, Elsa Maria da Costa Cardoso, tendo a mesma comparecido pelas 14.38h, conforme consta mais à frente na ata.

A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

AS
C1

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 36 - A Presidente da Câmara deu início à sua intervenção, apresentando uma informação da Chefe da Divisão Financeira, acerca do pedido do ICA – Independentes pelo Concelho de Abrantes, a solicitar a cedência da sala polivalente da Biblioteca Municipal António Botto, bem como a isenção do pagamento das taxas inerentes à sua utilização, para a realização de uma conferência de imprensa, hoje, dia 5 de março, pelas 17 horas. – 64798

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 32,34€ (trinta e dois euros e trinta e quatro cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 37 - Apresentou de novo para aprovação, o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, com vista à aquisição de serviços para a "Aquisição e Manutenção de Licenciamento de Software Microsoft", atendendo a que o concurso anterior ficou deserto. – 64578

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o referido parecer para "Aquisição e Manutenção de Licenciamento de Software Microsoft".

AS
hi

A Presidente da Câmara deu conhecimento que os centros escolares de Alferrarede, Bemposta, Rio de Moinhos e Tramagal, já se encontram a funcionar e que no sábado passado, reuniram na escola de Alferrarede com os professores, funcionários e encarregados de educação e foi com grande satisfação que verificaram o contentamento de todos, face a este grande investimento.

Referiu que foi disponibilizada no site da Câmara Municipal, informação suplementar acerca dos investimentos e do número de alunos que estão envolvidos nesta 1ª fase.

Aproveitou a ocasião para colocar à consideração dos restantes elementos do executivo, a aprovação de um voto de agradecimento a duas instituições que foram parceiras neste processo, nomeadamente a ARTRAN e a PREDIERG, que permitiram que as crianças ocupassem as suas instalações durante a realização das obras, assim como, ao Centro de Idosos de Rio de Moinhos, que durante o decorrer das obras, disponibilizou as suas instalações, para que as crianças pudessem fazer as refeições.

Tomado conhecimento e enviar um voto de agradecimento às referidas instituições, conforme proposto pela Presidente da Câmara.



Ainda a propósito dos novos centros escolares, a Presidente da Câmara deu conhecimento de uma notícia publicada hoje, no Diário de Notícias, com o título "Alunos têm de tirar os sapatos para entrar na escola nova", tendo tecido alguns comentários acerca da mesma.

O vereador Carlos Arês aproveitou a oportunidade para alertar para o facto da deliberação da Câmara Municipal, referente ao terreno para ampliação da Escola do Tramagal não ser coincidente com a da Assembleia Municipal.

A Presidente da Câmara solicitou ao vereador Rui Serrano, para verificar com o Diretor do Departamento de Administração e Finanças, a questão levantada.



A vereadora Elsa Cardoso chegou à reunião quando eram 14,38 horas



Deu também conhecimento que no próximo dia 20 de março, pelas 15 horas, vai ser inaugurado no aterro de Concavada, a produção de energia elétrica a partir de Biogás, que deverá contar com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território

Mais informou que, se encontra previsto para o mesmo dia, a inauguração dos sistemas de saneamento de S. Facundo e Barrada.

AS
Q1

A Presidente da Câmara informou que hoje de manhã, esteve na Valnor, em Avis, na apresentação das contas de 2011 e na tomada de posse dos novos elementos designados pela EGF.

Disse que foi com grande satisfação que verificaram que apesar das dificuldades, os resultados das empresas são positivos.

Foram também confrontados com o facto da tarifa por parte dos municípios estar novamente a aproximar-se da tarifa original.

Referiu que na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia e perante os dados que lhe estavam a ser apresentados, chamou a atenção para o facto de ser determinante para estes resultados, não só a estratégia do Conselho de Administração, mas também, o esforço que os municípios acionistas têm vindo a fazer no sentido de cumprirem os seus compromissos financeiros criando condições de tesouraria para que estes resultados fossem possíveis.

Chamou também a atenção para a importância de se fazer um investimento de proximidade, ou seja, melhorar o serviço prestado às populações.

Para além disso alertou também para as dificuldades ao nível da gestão dos Recursos Humanos, uma vez que a maioria dos municípios está confrontada com a diminuição obrigatória de recursos, possivelmente pela via das aposentações. Poder-se-á chegar a uma situação limite em que não seja possível fazer coisas tão simples como a recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, cuja responsabilidade é da gestão municipal.

No seu entender, seria pertinente considerar a hipótese desse tipo de tarefa poder vire a ser desenvolvido por uma empresa, como por exemplo a VALNOR.



Deu conhecimento que no dia 27 de fevereiro de 2012, foi anunciada a lista das 70 praias pré-finalistas ao concurso 7 Maravilhas de Portugal e que a Praia Fluvial de Aldeia do Mato foi uma das pré-selecionadas, na categoria "Praias de Albufeiras e Lagoas".

Até ao dia 7 de maio, um conjunto de 21 personalidades irão selecionar três praias, por categoria, para que o público possa escolher as sete vencedoras desta edição das 7 Maravilhas, sendo as eleitas, anunciadas no próximo mês de setembro. A votação poderá ser feita por SMS, chamada telefónica, internet e facebook.



Deu também conhecimento que a Pegop – Energia Elétrica S.A., sita em Pego, Abrantes, foi eleita a melhor empresa do ano, segundo o ranking das melhores PMEs elaborado pela revista de economia e negócios Exame Expresso.

A mesma revista, numa outra edição, considerou também a empresa Oke Tillner Perfis, Lda., sedeadada no Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, como uma das melhores para se trabalhar.

31
01

A Presidente da Câmara deu igualmente conhecimento que a revista ADEGA, a mais conceituada revista de vinhos no Brasil, elegeu, na sua última edição, os 100 melhores vinhos provado durante o ano.

Desses 100, apenas foram destacados 10 vinhos rosés, onde se inclui o Casal da Coelheira rosé 2010, que atingiu a pontuação mais alta atribuída aos vinhos rosés.



Nº 38 - Apresentou para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 1 de março de 2012, referente à assinatura da carta de intenção, a declarar o interesse do Município de Abrantes em cooperar com o Instituto Politécnico de Coimbra, no âmbito do Consórcio ERASMUSCENTRO.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Informou que na semana passada decorreu em Lisboa, o SISAB Portugal – Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas e que a Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, se fez representar no referido certame, por um conjunto alargado de produtores locais dos concelhos de Abrantes e Sardoal.

Tratou-se de uma participação conjunta com a Associação Pinhal Maior e que foi francamente bem conseguida, indo ao encontro das expectativas de cada um dos participantes.



Deu conhecimento da publicação do Anuário Financeiro do Municípios Portugueses, realizado pela Ordem do Técnicos Oficiais de Contas respeitante ao ano de 2010 e referiu que o município de Abrantes foi considerado 12º, no ranking dos 20 melhores municípios de média dimensão em termos de eficiência financeira, sendo que em 2009 ocupava o 19º lugar e que em 2010 aparece posicionado em 12º lugar da lista.

Manifestou a sua satisfação por obter este reconhecimento do esforço do trabalho que se tem vindo a desenvolver referindo estar consciente que o ano de 2011 será um ano diferente, tendo em conta que os grandes investimentos em curso, provavelmente irão colocar a autarquia noutro patamar.

Deixou expressa uma palavra de apreço ao trabalho meritório desenvolvido pelos serviços, nomeadamente à Divisão Financeira, que em muito contribui para os resultados alcançados.

AS
B

De seguida, a Presidente da Câmara fez alusão à inspeção ordinária realizada em 2010 por parte do IGAL – Inspeção Geral das Autarquias Locais, na sequência de denúncias, cujo assunto principal foi os Bombeiros Municipais de Abrantes, designadamente, a nomeação do Comandante dos Bombeiros e o pagamento de 2.00€/hora em regime de incentivo ao trabalho de voluntariado.

Na altura a Câmara municipal contestou a apreciação do IGAL, tendo apresentado documentação e argumentado com uma exposição jurídica acerca da matéria em causa.

Relativamente ao Comandante dos Bombeiros, foi realizado procedimento concursal para regularização da situação, que neste momento, já se encontra sanada.

No que respeita ao pagamento do valor/hora ao trabalho de voluntariado, informou que foram solicitadas à Administração Central orientações precisas para a resolução para este assunto. Dado que não foi adiantada qualquer solução, deu indicação para que, a partir do dia 1 de Março de 2012, se procedesse à suspensão da gratificação do trabalho voluntário, com exceção daquela que a legislação permite, designadamente, o fornecimento de refeições aos voluntários que se encontrem ao serviço, uma gratificação nas tarifas da água, isentando do pagamento de m3 que permitam fazer a lavagem dos equipamentos de proteção individual.

Referiu que ontem, dia 4 de março, realizou uma reunião nas instalações dos Bombeiros Municipais de Abrantes, para lhes dar conta das dificuldades da autarquia para resolução desta questão e informou sobre as medidas que têm vindo a ser tomadas para minimizar os transtornos causados com esta situação.

De seguida procedeu à leitura de uma informação, que esclarece detalhadamente toda a situação sobre este assunto, que por ser extensa se anexa à presente ata e onde é apresentado um conjunto de medidas para reponderação desta matéria:

- 1) Solicitar uma vez mais à Administração Central a regulamentação efetiva do apoio aos bombeiros voluntários, nas corporações de bombeiros mistos, possibilitando a existência de incentivos monetários, que aliás serão correntes nas corporações onde existem voluntários mesmo que não municipais. O incentivo ao voluntariado, será devidamente inscrito no procedimento contabilístico controlável externa e internamente, conforme as exigências que se entenderem;
- 2) Como alternativa, atendendo aos riscos do Município de Abrantes, que se confundem com riscos próprios de interesses regionais e nacionais, espera-se que o poder Central apoie uma forma organizativa estruturada, assumindo o Município a organização profissional a todos os níveis, mas com a adequada participação;
- 3) Como hipótese também alternativa, deveria haver abertura para a criação de Associação Humanitária de bombeiros, sendo que também estas carecem da homologação da ANPC;
- 4) Entretanto a organização dos bombeiros vai ser adequada aos serviços que pode prestar, havendo o esforço de alocação de recursos humanos de serviços municipais, mas tendo em conta que em todas as áreas são escassos, pois já se reduziram nos últimos anos, e tendo em conta também a especialização das funções próprias de bombeiro.

Por fim, a Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal está empenhada na resolução deste problema, em solidariedade com os voluntários e com as suas famílias e solicitou à

7
Cl

vereadora Celeste Simão uma intervenção da Ação Social, no sentido de verificar a situação dessas pessoas e ajudá-las de acordo com as competências da Autarquia nessa matéria.

O vereador António Belém coelho perguntou quantos elementos profissionais existem na corporação dos Bombeiros Municipais de Abrantes.

A Presidente da Câmara informou que são 24 profissionais, cujos concursos foram agora concluídos e que também foram transferidos 3 funcionários da autarquia para prestar serviço naquela corporação.



Por último, a Presidente da Câmara procedeu à leitura de um documento cujo teor abaixo se transcreve:

"Na última edição do Jornal Nova Aliança foi publicado um artigo com o título "O Jipe Sagrado" da autoria de Santana Maia Leonardo.

O teor do referido artigo é, por si só, de extrema gravidade. Mas tratando-se de alguém com responsabilidades públicas ele assume contornos de inqualificável gravidade e irresponsabilidade.

Como é possível confundir-se, como se confunde no artigo, o que é da esfera privada com o que é da esfera pública?

Saberá o autor, com toda a certeza, que quem foi vítima de furto foi a cidadã Maria do Céu Albuquerque e não a Presidente de Câmara.

E a cidadã Maria do Céu Albuquerque, por ser Presidente de Câmara, não pode ser expropriada dos seus direitos individuais como o sejam, o direito à reserva da sua vida privada na qual se inclui, como é óbvio, a preservação da privacidade e da segurança da sua família.

Saberá com certeza o autor, douto que é em matéria de leis, que esses são direitos fundamentais de qualquer cidadão num país livre e democrático como é, felizmente, o nosso. Ou talvez não saiba.

Escondendo-se atrás das palavras, o autor que tanto se arroga defensor da moral e dos bons costumes diz, sem ter a coragem de o dizer frontalmente, que a condenação decidida pelo Tribunal apenas aconteceu porque uma das vítimas era a Presidente de Câmara.

Fazendo uso dos seus supostos dotes poéticos, a certa altura refere "(...) Em Vale de Rãs, pelo menos, já aprenderam a lição: Meu filho, presta atenção / P'ra não ires pr'a prisão/podes roubar toda a gente/excepto a senhora presidente.". Porque o assunto é sério, vamos abster-nos de fazer comentários sobre a pobreza da construção frásica e do lirismo desta suposta quadra.

Mas não nos abstemos de nos insurgir contra o seu conteúdo segregador — em Vale de Rãs???? — e contra a ligeireza com que se aborda o assunto.

E se atentar assim contra os direitos mais básicos de um cidadão é grave, que dizer da forma como apelida todos os outros crimes pelos quais o arguido foi condenado! "(...) o Tribunal de Abrantes condenou, no passado dia 6 de Fevereiro, um jovem de 19 a 11 anos de prisão, pela prática de dezenas de crimes insignificantes(..j". Insignificantes?! Como pode o autor classificar de insignificantes crimes de furto qualificado, furto agravado, sequestro, agressão?!

Mas então, e como refere o autor no mesmo artigo fazendo referência a conferência de imprensa que deu em 29 de Janeiro de 2010, não estávamos perante "um clima de terror" em Abrantes?

Não foi o autor que se referiu a um dos crimes como "inqualificável agressão"?

1
Cel

Será que a adjetivação muda conforme o sabor dos ventos, ou melhor, conforme a direção que queremos dar aos ventos?

O que é inqualificável em 2010, e insignificante em 2012?

Já estávamos habituados às incoerências e inconsistências das declarações do autor, mas convenhamos, estas ultrapassam o limite do razoável pela sua imensa irresponsabilidade e falta de respeito para com todos aqueles que foram vítimas dos crimes pelos quais o arguido foi condenado. E pelo próprio sistema de justiça que julgou esses crimes!

Pergunte o autor a esses cidadãos se consideram esses crimes insignificantes!

A segurança dos cidadãos é um assunto muito sério!

O autor sabe-o bem. Até tem assento no Conselho Municipal de Segurança. Mas troca uma atitude construtiva, de reflexão e definição de estratégias que permitam intervir nas causas e nas consequências da insegurança, por uma atitude demagógica, bacoca e de vistas curtas quanto a esta problemática.

Repetimos: A segurança dos cidadãos é um assunto muito sério!

Não é um assunto para se "brincar à política"!"



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O vereador Manuel Jorge Valamatos deu conhecimento que 2 equipas Holandesas, escolheram a Cidade Desportiva de Abrantes, para a realização de um estágio de Basebol, no período compreendido entre 15 e 18 de março de 2012.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador António Belém Coelho, apresentou um pedido de esclarecimentos acerca da RPP Solar que a seguir se transcreve: - 65122

"No seguimento do nosso anterior pedido de esclarecimento e quando se adensa o mistério sobre os motivos que levam a senhora presidente da câmara a protelar ad eternum a inevitável decisão, sem que se apurem as responsabilidades, os vereadores eleitos pelo PSD gostariam ainda de saber:

(I) O número, a data de emissão e a validade da licença de construção?

(II) Por que razão não se executa a garantia bancária, se a senhora presidente garante que ela existe?

(III) Se a garantia bancária é "on first demand" e qual o seu valor?

(IV) Qual a entidade emitente da garantia e, sendo esta estrangeira, se tem cá representante?

(V) Finalmente, se já foi aberto o processo de inquérito interno para apuramento de responsabilidades?"

A Presidente da Câmara informou que irá analisar o pedido apresentado.

AS
Cm

O vereador António Belém Coelho apresentou uma Proposta de Deliberação, com o título "Parque Radical – Poupança de Energia". - 65179

A Presidente da Câmara remeteu a referida proposta, para agendamento numa próxima reunião.



Apresentou outra Proposta de Deliberação, sobre "Fonte da Abrançalha de Cima". - 65185

A Presidente da Câmara remeteu a referida proposta, para agendamento numa próxima reunião.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício da Assembleia Municipal de Tomar, datado de 30 de janeiro de 2012, a remeter cópia da deliberação referente à "Análise do Processo de Reestruturação do Centro Hospitalar do Médio Tejo, com especial incidência no Hospital de Tomar", aprovada por unanimidade, na 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 25 de janeiro de 2012. - 61464

Tomado conhecimento.



Nº 2 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 524 da Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Primeiro Ministro, datado de 24 de janeiro de 2012, a dar conta que a moção aprovada pela Câmara Municipal de Abrantes sobre a introdução de portagens na A23, foi encaminhada para o Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego. - 60487

Tomado conhecimento.



Nº 3 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício com a refª C.M./003-016 da Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., datado de 24 de fevereiro de 2012, a dar conta que o Orçamento e Projeto Tarifário da Valnor, S.A, para 2012, foram aprovados por despacho de 12 de fevereiro de 2012, pela Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território. - 64143

Tomado conhecimento.

AT
Q1

Nº 4 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o Plano de Atividades e Orçamento 2012 da Tagusvalley, aprovados na Assembleia Geral da referida Associação, realizada em 28 de fevereiro de 2012. - 64326

Tomado conhecimento.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido do responsável pela Formação da Força Especial de Bombeiros do Distrito de Santarém, a solicitar a cedência da sala de formação do Quartel dos Bombeiros Municipais de Abrantes, para utilização em ações de formação teórica. - 61429

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência da referida sala de formação, nos termos solicitados.

Aos Bombeiros Municipais de Abrantes para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
60580	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Bicas	Realização de vários eventos em Bicas	18.02, 14.04, 23.06, 20 e 21.07, 01.09 e 27.10 2012	<ul style="list-style-type: none">• Recinto improvisado;• Ruído;• Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais;• Afixação de cartazes	183,84€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

ART
Cl

Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 17 de fevereiro de 2012, que aprovou a isenção do pagamento de taxas no valor de 71,47€ (setenta e um euros e quarenta e sete cêntimos), correspondentes ao licenciamento de autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais e ruído, relativamente à realização de um baile de Carnaval, no Mercado Criativo, no dia 18 de fevereiro de 2012, conforme solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 nº 2 de Abrantes. - 62519

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Coordenador Técnico da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 16 de fevereiro de 2012, acerca do pedido da firma Loucuras da Lua, Lda., a solicitar a concessão de horário de funcionamento para o estabelecimento de discoteca, sito na Rua Senhora do Amparo, Samarra, Abrantes, requerendo o encerramento, aos sábados, às 06:00 H. - 39724

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Não autorizar o alargamento, até às 06h00, do horário de funcionamento do referido estabelecimento nos termos solicitados, mantendo-se o horário previsto pelo Artigo 1º nº 4, do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de Maio (04h00).

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 10 de fevereiro de 2012, remetendo para aprovação, o pedido de horário de funcionamento nos termos do nº 1 do artº 1º do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de Maio, das 6h às 24h e antecipação do horário de abertura às 5ªs feiras e Domingos para as 5.30h., solicitado pela Padaria Gueifão, Lda.", sita na Av. António da Silva Martins, em Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes. - 54513

AP
Q1

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a concessão de horário de funcionamento nos moldes requeridos, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Divisão Jurídica

Nº 10 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresentou o ofício nº 8 da Assembleia Municipal de Abrantes, datado de 27 de fevereiro de 2012, que remete as deliberações aprovadas em minuta na Sessão Ordinária realizada no dia 24 de fevereiro do corrente ano, referentes aos assuntos que a seguir se discriminam: - 64074

- Alienação do prédio a Mitsubishi Fuso Truck Europe – Sociedade Europeia de Automóveis, S.A.;
- Isenção de taxa pelo serviço de bombeiros prestado no âmbito de apoio a operações de manutenção e reposição de sistemas de segurança, previstos em planos prévios;
- Assunção de encargos por mais de um ano económico, para fornecimento de gás nos edifícios municipais.

Tomado conhecimento.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 02/2012/PV dos Serviços Jurídicos da Divisão Jurídica, datada de 2 de fevereiro de 2012, acerca de uma reclamação apresentada por Paulo José Simões Ramos, alegando que, no dia 03/01/12, ao descer a rua Alexandre Herculano, em Abrantes, sofreu uma queda devida à "deficiente" e "saliente" colocação de uma tampa de ferro, com inscrição "água", que lhe provocou lesões determinantes de uma deslocação ao hospital da cidade. Neste sentido, solicita o arranjo da situação descrita e o pagamento das custas médicas deste processo, bem como uma indemnização dos danos físicos e pessoais causados pela mesma. - 58372

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Indeferir o pedido apresentado por Paulo José Simões Ramos, nos termos da informação nº 02/2012/PV dos Serviços Jurídicos da Divisão Jurídica, que se dá por transcrita.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Ata da reunião de - 05 - de março de 2012

AP
C

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



Nº 12 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para aprovação, a minuta do edital, referente à cedência de terreno agrícola em Rossio ao Sul do Tejo. - 53914

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de edital, devendo o serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, proceder à sua publicitação.



Divisão Financeira

Nº 13 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a listagem de processos de despesa realizada em janeiro de 2012, ao abrigo do parecer genérico para 2012 aprovado na reunião da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2012, e para cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE 2012. - 59567

Tomado conhecimento.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o despacho do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, datado de 10 de fevereiro de 2012, que aprovou o parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços para utilização de "Plataforma Eletrónica de Contratação Pública". - 61531

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 19 de fevereiro de 2012, a solicitar autorização para proceder ao pagamento da despesa no montante de 2.503,17€ (dois mil quinhentos e três euros e dezassete cêntimos), referente à comparticipação do município nos custos de instalação de iluminação pública na Rua do Pinhal em Alferrarede, Abrantes. - 56701

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o pagamento da despesa no montante de 2.503,17€ (dois mil quinhentos e três euros e dezassete cêntimos), referente aos custos de instalação de

Ata da reunião de - 05 - de março de 2012

AT
C1

iluminação pública na Rua do Pinhal em Alferrarede, Abrantes, nos termos da informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 16 de fevereiro de 2012.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 15 de fevereiro de 2012, acerca do pedido da Médio Tejo XXI, para pagamento do montante de 135,00€ (cento e trinta e cinco euros), relativo à aquisição de diversos materiais para organização do evento "URBANBIOGAS — Ist Progress Meeting", realizado nos dias 24 e 25 de outubro de 2011, em Abrantes. - 47531

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o pagamento do montante de 135,00€ (cento e trinta e cinco euros), relativamente à organização do referido evento, levado a efeito nas instalações da Médio Tejo XXI.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 29 de fevereiro de 2012, acerca do pedido da Associação Centro Comercial Ar Livre, a solicitar apoio financeiro no montante de 1.000,00€ (mil euros), para manutenção da plataforma digital desenvolvida e implementada no âmbito do projeto "Merca-@brantesforum-Plataforma Digital AR LIVRE de Abrantes", nomeadamente, mensalidade da ADSL, alojamento e domínio do site. - 62739

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio financeiro à Associação Centro Comercial Ar Livre, no valor de 1.000,00€ (mil euros), para manutenção da plataforma digital desenvolvida e implementada no âmbito do projeto "Merca-@brantesforum-Plataforma Digital AR LIVRE de Abrantes.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 20 de fevereiro de 2012, dando conta que por deliberação da Câmara Municipal de 4 de dezembro de 2007, foi celebrado com o CRIA protocolo designado por "Projeto de Intervenção Precoce - Viver Melhor, Crescer Melhor", o qual se destina a crianças dos 0 aos 6 anos que apresentam deficiência ou risco de atraso grave no desenvolvimento e respetivas famílias. No âmbito do referido protocolo o Município comprometeu-se transferir, anualmente, o montante de 3.000,00€, divididos por 2 tranches. Os montantes foram processados pela DF após informação da DEAS e aprovação pela CM. Verifica-se agora que, no ano 2011, não foi recebida na DF qualquer informação para

[Handwritten signature]

processamento dos montantes inerentes ao protocolo pelo que, não foram efetuadas transferências a esse título. De acordo com informação do Diretor do DIS, o protocolo teve o seu término no fim do primeiro semestre de 2011, por força de alteração legislativa que reconfigurou os programas de intervenção precoce dando-lhes âmbito regional.

Em face do exposto, sugere que se proceda ao pagamento do semestre que se encontra em falta. - 60945

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pagamento do semestre em falta, no âmbito do protocolo celebrado entre o CRIA e o Município de Abrantes e nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços para "Manutenção de Aplicação IFLOW – WORKFLOW e GESTÃO DOCUMENTAL". - 63108

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para aquisição de serviços para "Manutenção de Aplicação IFLOW – WORKFLOW e GESTÃO DOCUMENTAL".

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Recursos Humanos

Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação do Chefe da Divisão de Recursos Humanos, datada de 20 de fevereiro de 2012, acerca de um pedido de estágio curricular para dois alunos do curso Técnico de Turismo da Escola EB2,3/S Dr.ª Maria Judite Serrão Andrade - Sardoal. - 50906

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a realização de um estágio curricular por parte de dois alunos do curso Técnico de Turismo da Escola EB2,3/S Dr.ª Maria Judite Serrão Andrade - Sardoal, nos termos da referida informação do Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 22 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 17 de fevereiro de 2012, referindo que a Associação Cultural pela Arte Experimental – “Vastaplateia”, pretende levar a cabo de 30 de março a 1 de abril de 2012, um festival de cinema e experimentação, com workshops de fotografia e som, concertos experimentais, retrospectiva de um cineasta e um concurso de curtas experimentais, ficcional e musical.

Para tal, solicitam a cedência dos seguintes equipamentos:

- O Cine Teatro S. Pedro e restantes equipamentos, incluído o bar e respetiva licença entre os dias 30 de março e 1 de abril;
- As instalações do Mercado Criativo, para exibir obras fotográficas e vídeo-instalações na última semana de março;
- A utilização do antigo quartel dos Bombeiros Municipais de Abrantes, durante o festival, com o intuito de albergar os participantes que pretendam alojamento gratuito;
- Licença para utilização de um stand móvel na Praça Barão da Batalha, no dia 30 de março, para a venda de bebidas;
- Um palco móvel para um espetáculo musical na Praça Barão da Batalha, no dia 30 de março;
- Qualquer outro espaço que seja considerado relevante por parte da Câmara para instalações.

O vereador Carlos Arês alertou para a isenção da licença para utilização de um stand destinado à venda de bebidas, na Praça Barão da Batalha, por entender ser uma concorrência desleal para com os estabelecimentos comerciais existentes naquela zona.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a cedência das referidas instalações nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das taxas relativas às mesmas, no valor total de 810,12€ (oitocentos e dez euros e doze cêntimos).

Informar que independentemente da isenção, deverão ser requeridas as licenças necessárias à realização da atividade.

Quanto à instalação de um stand na Praça Barão da Batalha, para venda de bebidas, deverá a referida Associação, entrar em articulação com os estabelecimentos comerciais, sítios naquele local.

Relativamente à cedência do Cine Teatro S. Pedro, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 774,66€ (setecentos e setenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

AS1
P

Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 20 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 15 de fevereiro de 2012, acerca do pedido de A. Teixeira, Sistemas Musicais, Lda., a solicitar a isenção do pagamento da taxa de utilização do Cine Teatro S. Pedro, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos), referente à realização da audição final dos alunos da escola de música, em colaboração com a Câmara Municipal de Abrantes, no passado dia 22 de dezembro de 2011. - 51631

A Presidente da Câmara não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos), tendo em conta que a atividade foi aberta à comunidade e sem cobrança de entradas e de acordo com o parecer jurídico do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datado de 7 de fevereiro de 2012.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão de Educação e Ação Social

Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a um pedido da Cáritas Diocesana de Portalegre – Castelo, a solicitar autorização para a realização de um peditório público, de 9 a 11 de março de 2012, integrado na Semana Nacional da Cáritas. - 61958

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a realização do referido peditório, nos termos solicitados.

À Divisão de Educação e Ação Social para os devidos efeitos.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 20 de dezembro de 2011, dando conta do pedido de apoio solicitado pelo Município de Ribeira Brava, em S. Nicolau - Cabo Verde, para o projeto "Amigos da Escola da Preguiça", o qual visa melhorar as condições de funcionamento da Escola EB1 "Carlos Marques", sediada na Preguiça, São Nicolau. Este projeto, pretende levar a cabo uma série de pequenos trabalhos na referida escola, visando, em primeiro lugar, a melhoria do edifício escolar que se encontra num avançado estado de degradação. É um projeto comunitário que pretende envolver todos, no sentido de proporcionar aos seus alunos um espaço que ofereça condições para uma melhor aprendizagem e que desenvolva naquela comunidade o espírito de cooperação e solidariedade.

AS
LI

Face ao exposto e no âmbito do protocolo existente entre o Município de Abrantes e o Município de São Nicolau, sugere a atribuição de um subsídio que contribua para concretização e para o sucesso do referido projeto. - 54895

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), para apoio do referido projeto, nos termos da referida informação da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes e o Município de Abrantes, com vista ao acolhimento de sete estagiários do Curso Tecnológico de Desporto. - 61414

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 26 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 40 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 21 de fevereiro de 2012, que remete para aprovação a conta final provisória da empreitada de "Aquapolis - Margem Sul - 2ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes", adjudicado à Sociedade Construções José Coutinho, S.A., elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro, que se transcreve:

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	1.060.000,00€
Trabalhos Contratuais Realizados	1.060.000,00€ (1)
Revisão de Preços	8.605,56€ (2)
Total	1.068.605,60€ (3)

- (1) A diferença deve-se a arredondamentos verificados nos vários autos da obra.
(2) falta a publicação de índices no DR, para proceder à revisão de preços definitiva
(3) A conta só se torna definitiva quando a revisão de preços também for definitiva.

187
01

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a conta final provisória da empreitada de "Aquapolis – Margem Sul – 2ª Fase – Parque Ribeirinho de Abrantes", elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 27 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 39 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 20 de fevereiro de 2012, acerca da conta final definitiva da empreitada de "Reconstrução de Muro sem Preservação das Características Construtivas na Avenida do Paiol - Abrantes", adjudicada à Sociedade. Construções José Coutinho, S.A., que se transcreve:

Valor da adjudicação (preço contratual)	136.950,00€
Trabalhos a Menos	27.948,78€
Trabalhos Contratuais Realizados	109.001,22€
Revisão de Preços	2.293,39
Total	111.294,61€

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da referida empreitada, devendo a Divisão de Projetos e Empreitadas proceder em conformidade com o disposto no Artigo 222º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de março.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação nº 45 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 23 de fevereiro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Edifício Falcão – Intervenção no Piso Térreo – Alterações Diversas", adjudicada à sociedade Construções Arlindo & Filhos, Lda., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 29 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência do ofício nº 286 da Junta de Freguesia de São Vicente, propondo a atribuição do topónimo "Travessa dos Loureiros", a um arruamento sito em Samarra, freguesia de São Vicente, Abrantes. – 40610

AT
P

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Emitir parecer desfavorável à pretensão, uma vez que se trata de um caminho privado pelo que não tem cabimento a atribuição de qualquer topónimo pelo município, conforme informação da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 15/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 27 de janeiro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Vale de Umbrel", inscrito na matriz sob o artigo 9 da secção J, freguesia de Bemposta, concelho de Abrantes, com a área de 5 Ha, requerido por Herdeiros de Valentim Melo Ferreira Bairrão, representado por António Fernandes Bairrão (e irmã). - 59516

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a ação de modelação do solo, conforme solicitado pelos Herdeiros de Valentim Melo Ferreira Bairrão, nos termos da referida informação nº 15/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência dos interessados, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação Nº 21/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 23 de fevereiro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Monte Velho", inscrito na matriz sob os artigos 5º da secção C e 7º da secção C-C1, freguesia de Alvega, concelho de Abrantes, com a área de 35 Ha, requerido por Portucel Soporcel Florestal, S.A. - 63509

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 139/89, de 28 de Abril e sobre licenciamento de plantação e/ou reflorestação (nos moldes do Decreto-Lei nº 175/88, de 17 de Maio), tendo em

Handwritten signature

conta que a área pretendida é inferior a 50 Ha, de acordo com a referida informação nº 21/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência de um ofício enviado pela firma Ernesto L. Estrada, Filhos, datada de 3 de janeiro de 2012, referindo que no ano de 2006 foi solicitado àquela firma, por vários moradores/proprietários no Fojo, freguesia de Rossio ao Sul do Tejo, a possibilidade de utilizarem um caminho no seu terreno situado na Quinta das Amendoeiras para facilitar o acesso às propriedades dos mesmos.

Após análise do assunto, foi o caminho aberto ao público estando com uso intenso desde essa data, inclusive vários acessos a propriedades fazem-se por lá com o conhecimento das entidades públicas.

O caminho referido tem substituído, outro paralelo e distanciado cerca de 50 metros, com benefício para todos.

Porém, o caminho abandonado no interior da sua propriedade não tem agora quase serventia, pelo que não tem sentido mantê-lo aberto tanto por problemas de erosão como por problemas de intrusão na sua propriedade, que facilitaram alguns roubos aí praticados.

Neste sentido, informa que irão proceder ao encerramento público do dito caminho, caso não haja da parte da Autarquia qualquer objeção. – 56729

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a sugestão apresentada, desde que salvaguardados (eventuais) direitos de terceiros, nos termos e com os fundamentos da informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 28 de fevereiro de 2012.

Dar conhecimento da decisão tomada, à Junta de Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 33 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 34 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 71 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 20 de fevereiro de 2012, acerca das alterações à Postura de Trânsito de Veículos e ao Regulamento de Veículos na Cidade de Abrantes, no âmbito da construção de um arruamento

Ata da reunião de – 05 - de março de 2012

7/31
C1

(com dois troços) envolvente ao Centro Escolar de Alferrarede, em Abrantes, fazendo a ligação da Rua Prof. Dr. Raimundo Mota com a Avenida Mário Soares, na sequência da qual irão ser implementadas novas vias de trânsito e a instalação da correspondente sinalização.

Sugere também, a preparação de processo conducente à atribuição de topónimos aos dois novos arruamentos, por forma a facilitar a sua designação. – 63658

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as alterações à Postura de Trânsito de Veículos e ao Regulamento de Veículos na Cidade de Abrantes, no âmbito da construção de um arruamento (com dois troços) envolvente ao Centro Escolar de Alferrarede, em Abrantes, nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 71 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

O vereador Manuel Valamatos informou que a abertura ao trânsito não foi possível no passado dia 1 de março, por não estar garantida a execução da sinalização horizontal.



Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 37 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 1 de fevereiro de 2012, acerca das alterações à Postura de Trânsito de Veículos e ao Regulamento de Veículos na Cidade de Abrantes (aditamento às informações 413/2011 e 417/2011 do STTP), designadamente, definição das regras e regularização da sinalização colocada no novo arruamento junto à Escola Básica D. Miguel de Almeida, em Abrantes.

Solicita também a ratificação do despacho da Presidente da Câmara de 22 de dezembro de 2011, que determinou a adoção das alterações iniciais ao trânsito na zona (informação do STTP nº 413/2011. – 55064

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara de 22 de Dezembro de 2011 e aprovar das alterações à Postura de Trânsito de Veículos e ao Regulamento de Veículos na Cidade de Abrantes, relativamente À definição das regras e regularização da sinalização colocada no novo arruamento junto à Escola Básica D. Miguel de Almeida, em Abrantes, nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 37 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Helena Jo

A ASSISTENTE TÉCNICA

Andreia



21
AP7

DE
Presidente da Câmara

PARA
Câmara Municipal

Nº
XXXX

DATA
5/3/2012

ASSUNTO

Bombeiros - Incentivos voluntariado – Informação à Câmara Municipal

I – Qualificação dos Bombeiros Municipais de Abrantes

De entre as tipologias previstas no artigo 7º do Decreto-Lei nº 247/2007 de 27/6 - Corpos de bombeiros profissionais, Corpos de bombeiros mistos, Corpos de bombeiros voluntários, Corpos privativos de bombeiros - o Corpo dos Bombeiros de Abrantes é misto.

Os corpos de bombeiros mistos têm as características seguintes:

- a) São dependentes de uma câmara municipal ou de uma associação humanitária de bombeiros;
- b) São constituídos por bombeiros profissionais e por bombeiros voluntários, sujeitos aos respectivos regimes jurídicos;
- c) Estão organizados, de acordo com o modelo próprio, definido pela respectiva câmara municipal ou pela associação humanitária de bombeiros, nos termos de regulamento aprovado pela ANPC, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros

II - Enquadramento da criação dos corpos de bombeiros

De acordo com o site da Ligados bombeiros portugueses, incluindo madeira e Açores, há 21 corpos de bombeiros municipais e seis sapadores, de entre 473 corpos de bombeiros.¹ O distrito de

¹ Os 473 corpos associados da Liga dos Bombeiros Portugueses são distribuídos nas seguintes vertentes, e pelas seguintes zonas do país:

	Voluntário	Municipal	Privativo	Batalhão de Sapadores Bombeiros	Comp.º de Sapadores Bombeiros	Regim.to de Sapadores Bombeiros	Total
Açores	17						17
Aveiro	26		4				30
Beja	15						15
Braga	20		1		1		22
Bragança	15						15
Castelo Branco	12						12
Coimbra	21	2			1		24
Évora	14						14
Faro	13	4					17
Guarda	23						23
Leiria	24	1					25
Lisboa	57		1			1	59
Madeira	6	3					9
Portalegre	14	1	1				16
Porto	45		2	1	1		49
Santarém	20	8					28
Setúbal	24		1		1		26
Viana do Castelo	11	1					12
Vila Real	27						27
Viseu	32	1					33
Total	435	21	10	1	4	1	473

Santarém apresenta o número mais elevado de corpos de bombeiros na dependência de municípios, em número de 8.²

A razão desta estruturação diversificada, terá alguma razão de ser com a história da criação dos corpos de bombeiros. Previa o Código Administrativo no artigo 156º § 2º : “ Haverá obrigatoriamente corpos de bombeiros municipais nos concelhos de 1ª ordem se não existirem organizações de bombeiros voluntários ou estas, só por si, não preencherem a função a que se destinam”.

2- Hoje vigora o regime de criação e extinção dos bombeiros do artigo 4º do DL 247/2007 de 27/6. Prevê-se que sejam o resultado de uma ponderação técnica dos riscos, dos tempos de atuação na área a proteger e das condições humanas, técnicas e operacionais disponíveis nos corpos de bombeiros existentes e a sua articulação na correspondente área municipal. Pressupõe-se a intervenção da ANPC , pelo menos ao nível da homologação.

3 - Ao nível do financiamento, a lei das finanças locais não discrimina positivamente os Municípios que tenham assumido a existência de corpos de bombeiros na sua dependência.³

II – Justificação da organização do corpo de bombeiros na dependência do Município de Abrantes

O espaço onde só existe esta corporação de bombeiros tem características específicas. Abrantes tem uma área de 714 Km², superior á da soma das áreas de Amadora, Cascais, Lisboa, Odivelas, Oeiras, Sintra e Almada que perfazem o total de 667,4 Km², de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal V6. Nele vivem cerca de 42.400 pessoas. **Tal significa que possui uma grande mancha rústica, de natureza florestal, sob a incidência de riscos muito de carácter sazonal. Mas possui indústrias pesadas** como as Centrais Termo Eléctrica e a Gás em Pego, várias vias estruturantes no centro do país como a A23 e a EN 2 e variante à EN2 e áreas militares. Do ponto de vista dos recursos naturais, Abrantes usufrui de dois dos maiores recursos hídricos do País: o Rio Tejo, que atravessa o concelho numa extensão de cerca de 30 km, e o Rio Zêzere/Albufeira de Castelo do Bode, que se localizam junto ao limite Norte do concelho que o banha em cerca de 50Km.⁴

Trata-se de corporação que se pretende apetrechada para riscos potencialmente permanentes e riscos mais sazonais. Tal tem repercussão na dimensão e estrutura do corpo dos bombeiros. Daí que o Município, mesmo antes, do acréscimo de riscos introduzidos mais recentemente, tenha assumido o serviço de bombeiros como municipal e **o tenha colocado sob autoridade administrativa permanente.** Mas tal exige muito investimento em infra-estruturas, equipamentos e recursos humanos.

Nos municípios existem, pois as mais diversas estruturas, sendo que não são muitos os que assumem os bombeiros como serviço municipal. Nas grandes autarquias como Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Braga existem sapadores (corpos exclusivamente compostos de bombeiros municipais). Nem todas as capitais de distrito possuem bombeiros na dependência dos Municípios.

² De acordo com dados retirados do site da ANPC, porém, não incluindo Madeira e Açores, há 23 corpos de bombeiros municipais, incluindo sapadores, conforme mapa anexo.

³ O presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Duarte Caldeira, sublinhou a importância de, “em sede da Lei das Finanças Locais, introduzir as normas necessárias para que sejam respeitadas as especificidades dos corpos de bombeiros e das respetivas câmaras municipais, permitindo que a Administração Central assuma as suas responsabilidades conjuntamente com a Administração Local”.in O Setubalense edição de 31/5/2010.

1.A opção por profissionalizar parte dos elementos tem pois a justificação, em face das especificidades do concelho. Mas a opção de aceitar e cativar bombeiros voluntários também é racional.

AP7
C1

1.1. Abrantes criou bombeiros municipais, mas só recentemente profissionalizou recursos humanos adstritos ao serviço de bombeiros.

Para funcionar, **apenas com funcionários, em três turnos, seriam necessários 60 elementos**, de acordo com estimativa do comandando dos bombeiros.

Mas, quanto a remunerações, acrescem pagamentos de horas extraordinárias correspondentes a Seguranças, Alertas (chamadas para intervenções), Provas Desportivas, etc.

Sabendo que cada trabalhador tem cerca de um mês de férias, esta estimativa prevê à partida o pagamento equivalente a pelo menos mais 5 remunerações, a que acrescerão as horas extraordinárias pelos alertas e outras atividades, e também o subsídio de turno.

Se se optasse pela profissionalização de 60 bombeiros, poderíamos conceber a assunção de encargos diretos anuais com o pessoal aí em funções de **cerca de 860.000, 00€**. Só não atingirão estes valores, enquanto se verificarem a suspensão dos subsídios nos OE e restrições de encargos com pessoal.

1.2Aos encargos referidos, acrescem as despesas com investimento e despesas correntes. Em 2010 houve despesas correntes (excluindo pessoal) e de investimento de 1.023. 370, 49€. Em 2011 os valores sem investimento ficaram-se por 75.484,78. Em 2012, prevê-se desde já a aquisição de viatura 241.080,00€.

2. A Câmara Municipal tem, pois, gerido a corporação com um núcleo de profissionais, adstringindo também recursos humanos de outras áreas, mas sobretudo promovendo o recurso ao voluntariado. Desde há muito, tem dado incentivos ao voluntariado designadamente pelas deliberações de 27/3/1995, 21/1 /2002, 20/12/2004. O subsídio aplica-se não a A ou B, mas a todos os bombeiros que exerçam as funções em regime de voluntariado, e tem sido de 2,00€ por hora.

Quanto aos encargos com os bombeiros voluntários, em 2010, **cifrou-se no montante de 185.288,00.**

3. Considerando que os valores da despesa com pessoal do Município ao serviço dos Bombeiros em 2010, atingiu o montante de 150.000,00€, temos que a forma de gestão com o recurso simultâneo a trabalhadores e voluntariado, mesmo com o incentivo, é mais vantajosa para o Município, por comparação com o regime da profissionalização.

III - Fomos objeto de inspeção pela IGAL em 2010

1. A certa altura do seu relatório concluiu que a “ retribuição deste trabalho mediante a remuneração de dois euros/hora configura a assunção de urna despesa sem suporte legal o que consubstancia, inequivocamente, a violação do principio da legalidade”.

2. A resposta dos serviços municipais ao relatório consta em anexo.

3. Contudo, mesmo que tenha sido por denúncia, a matéria foi verificada, não nos tendo sido apresentadas alternativas, ainda que em muitas corporações ainda hoje se continue a verificar a atribuição de incentivos pecuniários aos bombeiros voluntários.

Este fato obriga-nos a ponderar o serviço de outra forma, quiçá menos operativo. O certo é que o Município que já suporta este serviço com valores demasiado elevados, que na maior parte do país são suportados essencialmente pela Administração Central através das Associações humanitárias de Bombeiros, não tem forma de vir a arcar com mais encargos de uma corporação totalmente profissional.

Por nós, continuamos a pensar que o incentivo ao voluntariado, tal como acontece com o DCIF concedido pela Administração Central deveria ser aceite, ainda que possa ser melhor regulamentado. Sabemos que não temos voluntários sem um pequeno incentivo. É preciso fazer noites seguidas, viagens correr riscos, etc. O Estatuto social do bombeiro não é suficiente.

iv - Assim como medidas, e uma vez que temos que reponderar a matéria:

- 1) Mais uma vez solicitamos à Administração Central a regulamentação efetiva do apoio aos bombeiros voluntários, nas corporações de bombeiros mistos, possibilitando a existência de incentivos monetários, que aliás serão correntes nas corporações onde existem voluntários mesmo que não municipais. O incentivo ao voluntariado, será devidamente inscrito no procedimento contabilístico controlável externa e internamente conforme as exigências que se entenderem.
- 2) Como alternativa, atendendo aos riscos do Município de Abrantes, que se confundem com riscos próprios de interesses regionais e nacionais, esperamos que o poder Central apoie uma forma organizativa estruturada, assumindo o Município a organização profissional a todos os níveis, mas com a adequada comparticipação.
- 3) Como hipótese também alternativa, deveria haver abertura para a criação de Associação Humanitária de bombeiros, sendo que também estas carecem da homologação da ANPC.
- 4) Entretanto a organização dos bombeiros vai ser adequada aos serviços que pode prestar, havendo o esforço de alocação de recursos humanos de serviços municipais, mas tendo em conta que em todas as áreas são escassos, pois já se reduziram nos últimos anos, e tendo em conta também a especialização das funções próprias de bombeiro.

A Presidente da Câmara Municipal

Maria do Céu Albuquerque

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Data : 01/03/2012

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/03/05

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA		DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data						Número	Tip	Data
04.01	20000321	2011/09/14	-----	-----	-----	0188207759 cm00008637 0	ANTONIO MASCATE DA ROSA AREIA BAIXO		construção moradia AREIA DE BAIXO ALVEGA		12000086	DES	2012/02/17
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----		Concordo. Transmíta-se qur o deferimento da autorização de utilização se encontra dependente da entrega dos elementos reclamados pela DOGU.		-----	-----	-----

*** processado por computador ***
*** sistemas InforUje ***